



Projeto que só valoriza CJ 'exige' resposta por carreira no 8º Congrejufe, afirmam servidores – Pág. 04



Debate sobre a Reforma da Previdência reforça necessidade de coletar assinaturas - Pág. 05



Parte do forro desaba no fórum das Execuções Fiscais – Pág. 06

Jornal do Judiciário

Quinta-feira, 25 de abril de 2013
JJ475 - 14.000 exemplares



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP Gestão: Unidade e Luta 2011/2014 Tel.: (11) 3222-5833



NotreDame vence licitação do plano de saúde do Tribunal Regional do Trabalho – Pág. 07

Valcir Araújo

Marcha leva milhares a Brasília e mostra resistência a projetos do governo



Perto de 25 mil participaram da marcha que uniu servidores e o setor privado, o campo e a cidade e estudantes para defender os direitos dos trabalhadores. Pág.03

24/04/13 - Marcha em Brasília em defesa de direitos e pela revogação da Reforma da Previdência

Tudo pronto para o 8º Congrejufe

Quando você receber este jornal, os delegados do Sintrajud ao 8º Congrejufe estarão de malas prontas rumo a Caeté (MG), onde - de 26 a 30/04 - acontece o evento. Como noticiamos no JJ 474, existe a possibilidade de tirar a Fenajufe da CUT, e as assembleias que elegeram delegados em todo país indicam que o congresso será muito disputado.

Nacionalmente, servidores consideram que o elo entre o setor majoritário da Fenajufe e a CUT atrapalha a categoria. Foi esse setor que abandonou a luta pelo plano de carreira, dizendo que o PCS-4 seria mais fácil de ser aprovado. Durante as greves da categoria nos últimos anos, o setor majoritário da federação e seus sindicatos de base anunciaram acordos que nunca existiram, enfraquecendo as lutas.

Após o julgamento do mensalão, que confirmou a compra de apoio parlamentar na

época em que a reforma da previdência foi aprovada, o funcionalismo iniciou uma campanha com a palavra de ordem: reforma comprada tem que ser anulada. A CUT, porém, se nega a participar da campanha. A sua direção ficaria na contradição de alegar que a emenda constitucional - que reduziu aposentadorias e direitos - foi aprovada com votos comprados, como assinalaram os ministros do STF, e ao mesmo tempo apoiar as lideranças partidárias do PT e do governo, como José Genuíno e José Dirceu, condenados no julgamento.

O 8º Congrejufe tem ainda o desafio de unir a categoria na elaboração de um plano de carreira e, junto com o funcionalismo, lutar pela data-base. É isso que defendem os servidores que querem romper com a CUT, máxima unidade pela base para enfrentar o governo.

“Nós hoje temos muitas divisões e distorções como resultado de uma política deste

governo”, diz Ana Luiza Figueiredo Gomes, diretora da Fenajufe e servidora do TRF-3, ao defender a unidade. “Para vencer o governo é preciso romper com a CUT”, observa.

O movimento LutaFenajufe avalia que a relação da maioria dos dirigentes da federação com o governo teve reflexos ruins na luta para aprovar o PCS-4. O abandono do debate e da luta pela carreira imposta por esses dirigentes ajudou a construir as condições que levaram à divisão. “A tarefa fundamental é unir a classe e organizar a categoria na base”, reforça Adilson Rodrigues, servidor da JF de Santos e diretor do Sintrajud, apontando a necessidade de superar as seguidas tentativas de alguns sindicalistas de atropelar os fóruns da federação e as decisões nacionais da categoria, referindo-se a direção do sindicato de Brasília (Sindjus-DF) e seus aliados.

Leia mais na página 4

Proposta de Emenda à Constituição 37 pretende impedir Ministério Público de realizar investigações

PEC pode impedir investigações da Receita, COAF, TCU e CPIs

Por Caê Batista

Um pequeno parágrafo em uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) pode tirar todo poder de investigação do Ministério Público. Tramitando desde 2011, a PEC 37 pretende acrescentar o seguinte parágrafo ao artigo 144 da Constituição Federal: “A apuração das infrações penais de que tratam os §§ 1º e 4º deste artigo, incubem privativamente às polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente”.

A PEC 37 é de autoria do deputado Lourival Mendes (PTdoB/MA).

Caso a PEC seja aprovada, o Brasil entrará para o seleto grupo de países cujas investigações criminais são de exclusividade da polícia: Quênia, Uganda e Indonésia.

Na internet, o Ministério Público mantém uma página esclarecendo que “se aprovada, a emenda inviabilizará investigações contra o crime organizado, desvio de verbas, corrupção abusos cometidos por agentes do Estado e violações de direitos humanos”.

Ainda segundo o site, a PEC 37 “pode impedir também que outros órgãos realizem investigações, como a Receita Federal, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), o Tribunal de Con-

tas da União (TCU), as Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPI), entre outros”.

Se a PEC já tivesse sido aprovada, por exemplo, o superfaturamento da construção do fórum trabalhista de São Paulo, o assassinato do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel, e o Mensalão não teriam os desfechos que tiveram.

Mas sanha de instituir a impunidade vai além da PEC 37. Reportagem do jornal Estado de S. Paulo, de 12/04, revela que projeto de lei do Senador Ivo Cassol (PP-RO) “impõe drástica mudança na Lei de improbidade Administrativa”.

Segundo a reportagem, o proje-

to, na prática, amordaça promotores e procuradores em todo o país, instituindo responsabilidade criminal a membros da instituição que derem declarações públicas “imputando a réu ou indiciado fato ofensivo à sua reputação”.

O projeto ainda exclui a responsabilidade do agente público negligente e imprudente, reduz multa ao condenado, afasta a possibilidade de perda da função e reduz o prazo de suspensão dos direitos políticos. “Segundo o Ministério Público, o projeto impõe que tudo esteja provado antes mesmo do ingresso da ação – na prática, trava a ação”, informa a reportagem.

Ideias

Um espaço para a livre expressão de opinião.

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

CONJECTURAS DA ETIMOLOGIA DO DIM DIM

O substantivo masculino dinheiro não tem seu par oposto de gênero, mas a sua presença em intensidade sim: dinheirama. Marx chama dinheiro de capital, que é stock em alemão. Essa palavra não só resultou em estoque, como também conotou vara para alcançar alguma coisa, tal como os chimpanzés fazem para alcançar algo fora de seu alcance, desde que próximos a uma vara. Eles teriam uma inteligência espacial, pois fazem uso do que está no seu espaço próximo, no seu entorno, para alcançar um fim.

O acúmulo primitivo de capital, com sua desvalorização, gera riqueza. E o acúmulo faz do homem mais rico! O adjetivo rico é proveniente de uma palavra gótica, riecks ou ricks, e significa poder. Todo mundo sabe que o abuso de poder é algo que não é bem visto na sociedade, mas a riqueza não. Ser rico é ter poder e capital em demasia para alcançar as coisas materiais mas também potência para alcançar coisas imateriais, etéreas, mesmo que haja abuso.

Para que se tenha muito capital, deve-se ter poder e tendo poder se é rico e sendo rico, pode-se alcançar as coisas que não alcançamos normalmente. No homem, a “inteligência intelectual” antecede a espacial. Mas será que somos humanos? Será que aquele político que adquiriu poder pela escolha que os outros fizeram dele está atendendo aos anseios da população ou está criando intermináveis obstáculos e desculpas chamadas no meio popular de “conto do vigário”, diminuindo seus direitos e não fazendo o fundamental como a saúde, educação, condições de trabalho e segurança com qualidade? Será que estão governando para todos ou estão governando para gerar mais poder através do capital? Isso seria o espelho da prova de demonstração de afeto para com alguns? Erga omnis!

Ora, se as pessoas que não tem poder, assim como as pessoas que o tem precisam de algo que esteja incluído no universo do presente gnômico, um presente eterno, como a justiça, o direito a alimentação, a segurança, elas também, por que não, devem ter alguma formação que as habilite e pergunte o porque dos governos serem considerados humanos quando não atendem nem a isso.

A solução que se pode ser encontrada está na intensidade de que o corpo sujeitável das pessoas alienadas e sem direitos aumenta o poder dos governos compostos por pessoas com direitos, e que essas pessoas sem direitos e manipuladas, ao se manifestarem e escaparem do poder das instituições que endossam os desgovernos, acabam por serem contidas pelo poder que elas deram aos governos que por sua vez tem direitos e os delegam aos seus. O sacrifício humano, típico das sociedades primitivas, seria produto da psicossomática atividade dos desgovernos que poderia resultar potencialmente em abertura dos governos em repor os direitos daqueles que não os tem.

Rodrigo Carneiro de Oliveira Tietzmann
Servidor da Justiça Trabalhista

NOTAS

Depois de muita cobrança do Sintrajud, TRT-2 publica portaria e resolve situação de dias parados de 2010

Na JT, os dias parados na greve de 2010 serão compensados por serviço represado. Esse é o conteúdo de portaria publicada pela administração do TRT-2 em 19/04.

O serviço já foi repostado, e na época da mobilização, o Sintrajud conseguiu afastar o corte de ponto e a compensação hora a hora, mas os dias parados ainda careciam de solução. A administração argumentava a existência de ação judicial questionando a greve. Todavia, a ação movida pela AGU contra a Fenajufe no STF acabou extinta, sem apreciação de mérito.

É uma vitória da categoria, que conseguiu que os dias parados nas greves de 2010, 2011 e 2012 fossem compensados por serviço represado, sem vinculação às horas trabalhadas, critério justo, razoável e eficiente.

Justiça Federal proíbe que TRT do Maranhão tenha nome de José Sarney

O TRF-1 negou recurso da União para manter o nome do senador José Sarney (PMDB-AP) no prédio do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão. A decisão é de 17 de abril.

Segundo o Ministério Público Federal é ilegal colocar nome de pessoas vivas em prédios públicos. “Não pairam dúvidas quanto à ilegalidade presente no caso, vez se estar diante da denominação de prédio público com o nome de pessoa viva, qual seja, José Sarney, em flagrante ofensa ao interesse social e ao princípio da impessoalidade”, escreveu em seu parecer o procurador da República Renato Brill de Góes.

A decisão da 5ª Turma do TRF-1 manteve a decisão em primeira instância, ocorrida em 2006. Atualmente, o letreiro com o nome de Sarney não está no prédio.

Assaltos no centro de São Paulo assustam trabalhadores do TRE

A ação de criminosos nas proximidades do TRE, no centro de São Paulo, tem assustado os trabalhadores do prédio. Há 15 dias, um trabalhador terceirizado do maior tribunal eleitoral do país foi assaltado e acabou esfaqueado. Ele havia saído do trabalho às 19h e quando atravessava o viaduto Dona Paulina foi abordado pelos bandidos. Não reagiu e mesmo assim foi agredido. No prédio, servidores passam um abaixo-assinado solicitando que a administração providencie vans para transporte de trabalhadores até o metrô e pontos de ônibus movimentados.

O Sintrajud vai reforçar junto ao tribunal o pedido de transporte ao metrô e pontos de ônibus. Além disso, vai requerer ao tribunal que acione a polícia militar ou a guarda municipal para reforçar a segurança nesses percursos.

Marcha leva milhares a Brasília e mostra resistência a projetos do governo

Perto de 25 mil participaram da marcha que uniu servidores e o setor privado, o campo e a cidade e estudantes para defender os direitos dos trabalhadores

Por Hécio Duarte Filho

As avenidas de Brasília foram tomadas por manifestantes das cidades, do campo, dos setores públicos, privados, estudantis e que lutam contra as discriminações raciais, homofóbicas e de gênero, que fizeram desta quarta-feira, 24 de abril, um dia que, para muitos que lá estiveram, entrará para história das lutas dos trabalhadores no Brasil.

As avaliações mais tímidas falavam em 15 mil manifestantes. As mais otimistas, em 30 mil. A Polícia Militar primeiro mencionou dez mil, mas, depois, teria reavaliado em 25 mil. Números à parte, é o teor do protesto que faz com que esta Marcha a Brasília seja considerada por muitos um marco na rearticulação dos movimentos sindicais, sociais e estudantis não alinhados ao governo petista de Dilma Rousseff.

Logo na saída da marcha, por volta das 9h30, ainda no Estádio Mané Garrincha, o líder sem-terra José Rainha deu o tom de um protesto que não poupou críticas ao governo. “Viemos para dizer que se Dilma não tiver caneta para desapropriar o latifúndio, nós vamos fazer com a foice, com ocupações”, disse. “Não adianta dar bilhões para o agronegócio, porque de um jeito ou de outro o campo se organiza e vai conquistar a reforma agrária”, afirmou.

O sol, boa parte do tempo escondido entre nuvens, não chegou a castigar muito os manifestantes. Mas a caminhada foi longa. A marcha levou quase uma hora e meia para percorrer os quase quatro quilômetros que separam o estádio da Catedral, tradicional ponto



24/04/13 - Marcha em Brasília em defesa de direitos e pela revogação da Reforma da Previdência

de encontro para os atos em Brasília - que dali percorrem o Eixo Monumental para, um quilômetro depois, chegar ao Congresso Nacional, ao STF e ao Palácio do Planalto, sede do governo.

Os manifestantes reafirmavam - em cada faixa, palavra de ordem ou discurso do carro de som - que consideram o governo atual inimigo dos trabalhadores e das lutas populares. O papel desempenhado pelas centrais sindicais que apóiam Dilma, como a CUT e a Força Sindical, também recebeu críticas duras.

Em frente ao Ministério do Trabalho, houve um rápido e simbólico ‘enterro’ do ACE (Acordo Especial de Trabalho), projeto elaborado pela CUT e apresentado

ao governo e ao Congresso que faz com que acordos entre sindicatos e empresários se sobreponham a direitos estabelecidos na legislação. “Estamos falando de direitos históricos, como férias, 13o salário, como direito à amamentação e a multa de 40% do FGTS”, disse Antonio Ferreira de Barros, o Macapá, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SP), que se opõe ao projeto.

A Marcha de 24 de abril também defendeu a revogação da reforma da Previdência, o fim das privatizações e a pauta de reivindicações dos servidores públicos federais, que compareceram em bom número. “A luta dos servidores não é só econômica, é uma luta por manutenção de direitos, contra o fim

da estabilidade, contra a reforma da Previdência”, disse Saulo Arcangeli, que, falando pela Fenajufe, lembrou que a categoria está há mais de uma década sem reajuste na data-base e destacou o congresso da categoria que acontecerá nos próximos dias.

A manifestação terminou em frente ao Congresso Nacional, onde não foram poucas as críticas à pauta política imposta pela maioria dos parlamentares e aos acordos políticos que levaram à Presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara alguém apontado como homofóbico, racista e preconceituoso com as mulheres. Também não foram poucos os que defenderam a continuidade das mobilizações para mudar este quadro.

As vozes da marcha

“Isso aqui não é marcha financiada não, não é marcha feita com dinheiro do imposto sindical, não é feita com dinheiro do governo, não é uma marcha de centrais que são cordeirinhos do governo. É feita pela base. E isto é só o começo, nós vamos fazer muito mais”

Paulo Barela, da CSP-Conlutas

“Querem obrigar o povo a escolher entre seis e meia dúzia, entre o PT e o PSDB. Precisamos construir um terceiro campo, dos trabalhadores, contra o PT e o PSDB”

Zé Maria – da CSP-Conlutas e presidente nacional do PSTU

“A luta dos servidores não é só econômica, é uma luta por manutenção de direitos, contra o fim da estabilidade, contra a reforma da Previdência”

Saulo Arcangeli, servidor, da Fenajufe

“Quero parabenizar todos que vieram a Brasília para esta pauta alternativa e não aquela que o Congresso quer votar, essa que é a primeira grande manifestação pela reforma da Previdência de 2003, o processo foi maculado pela compra de votos do mensalão”

Ivan Valente, deputado federal e residente do PSOL

“É por causa dessa sangria de dinheiro que nós não temos saúde, não temos educação, não temos [políticas] para os trabalhadores. Essa dívida que quanto mais pagamos mais devemos”

Maria Lúcia Fatorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida

“É muito triste ver uma cultura sendo morta”

Maiara – índia tabajara, que participa da Aldeia Maracanã, no Rio

“Basta de ataques aos direitos dos trabalhadores! Chega de entregar dinheiro para grandes empresas! Mais verbas para saúde, educação e reforma agrária”

Dizeres da faixa de abertura da marcha

“Essa manifestação aqui com todas as cores, todas as idades, todas as bandeiras, mostra que o Brasil é nosso, mas estão querendo nos tirar. Não pararemos enquanto houver injustiça neste país”

Élio Neves, da Federação dos Empregados Rurais Assalariados de SP/CUT

Projeto que só valoriza CJ 'exige' resposta por carreira no 8º Congrejufe, afirmam servidores

Defesa da construção de um plano de carreira que una e mobilize a categoria será levada pelo LutaFenajufe ao congresso nacional dos servidores do Judiciário e do MPU, em Minas

Por Hécio Duarte Filho

A decisão do Supremo Tribunal Federal de enviar ao Congresso Nacional projeto de lei que reajusta somente os valores de cargos em comissão 'reforça' a necessidade de a categoria se debruçar, durante o 8º Congrejufe, na construção da luta por um plano de carreira que valorize os profissionais do setor.

É o que avaliam servidores que integram o movimento LutaFenajufe, que propõe que a luta pelo plano de carreira seja definida como uma das prioridades da atuação da federação e dos sindicatos. "Este projeto [do STF] não passou por discussão [nenhuma] com os servidores. É exatamente o contrário do que a gente está pedindo", diz Antônio Melquíades, o Melqui, dirigente da Fenajufe e do Sintrajud, ao defender a valorização da carreira e do salário-base e não de funções e cargos comissionados.

O dirigente sindical, que participou da audiência concedida em março à federação pelo presidente do STF, Joaquim Barbosa, relata que

os servidores não foram consultados ou comunicados sobre o projeto. Para ele, o aumento diferenciado desvaloriza a carreira e evidencia quais são as prioridades dos ministros do Supremo. "Por que não tiveram o mesmo empenho para apresentar um reajuste melhor para os servidores? [O Judiciário] está perdendo servidores concursados também", questiona.

Sem detalhes

A suposta dificuldade em conseguir profissionais qualificados que se disponham a trabalhar na assessoria do tribunal é a principal justificativa dos ministros do STF para aprovar o envio de projeto ao Congresso Nacional que reajusta o CJ-3 em 24%. O aumento seria aplicado de forma parcelada, mas ainda não há detalhes sobre o projeto. A evasão de servidores em virtude dos baixos salários, porém, é algo reconhecido pelo próprio STF.

Para Melqui, no debate sobre plano de carreira deve-se recolocar em discussão critérios para a ocupação das funções comissionadas e cargos



Cláudio Castro

em comissão, que deveriam, sustenta, ser preenchidos por servidores do quadro.

Luta pela carreira

O debate sobre plano de carreira no 8º Congrejufe, que reunirá mais de 500 servidores de 26 a 30 de abril, em Caeté (MG), deverá suscitar o balanço da atuação dos setores majoritários na federação na campanha

pela aprovação do que deveria ser um plano de carreira, elaborado por um Grupo de Trabalho instalado no STF em 2008, e que acabou convertido na proposta de revisão salarial, o PCS-4. À época, a diretoria do sindicato de Brasília (Sindjus-DF) e os setores ligados ao governo na Fenajufe, maioria na direção da entidade, sustentaram que era mais fácil aprovar o PCS. O que até hoje não aconteceu.

Projeto do STF desprestigia carreira

Além de reajustar a CJ-3, a proposta do Supremo cria também 33 cargos em comissão. Ambas restringem-se ao STF, mas podem acabar sendo estendidas. A lei determina que 50% dos cargos em comissão sejam preenchidos por servidores do quadro, os outros 50% podem ser de fora, inclusive dos serviços públicos. "[O projeto] reforça a política de colocar pessoas

de fora do quadro nos tribunais, em postos de chefia e assessoramento, ao invés de garantir ascensão aos quadros próprios", constata Tarcísio Ferreira, dirigente do Sintrajud.

Pouco empenho pelo PCS

Servidores criticam a postura dos ministros do STF, que não se empenharam na aprovação do PCS, mas agora apoiam esta iniciativa,

sob o argumento de que os salários defasados dificultam a contratação de profissionais. "Além de todo o desmonte e desvalorização, fica claro que os ministros estão pouco ligando para a carreira judiciária", lamenta Tarcísio.

Para Adilson Rodrigues, também dirigente do Sintrajud e ex-coordenador da Fenajufe, "se todos os demais tribunais superiores resolverem atualizar seus

CJs", isso significará um grande ataque à luta pelo plano de carreira. "Um dos objetivos do plano de carreira que queremos construir é justamente buscar racionalizar o número de FCs e CJs e estabelecer critérios objetivos para sua ocupação", explica o servidor, que acredita que a categoria saberá preparar durante o seu 8º Congresso uma resposta capaz de superar este desafio.

Fala servidor

O Jornal do Judiciário conversou com delegados de São Paulo que irão ao 8º Congrejufe. Todos foram unânimes ao dizer que querem a Fenajufe fora da CUT!



Cilmar Aparecida dos Santos, diretora de Base do Sintrajud e servidora do TRF-3:

"Espero que a gente possa combater essa 'panela' governista que tem na Fenajufe. Os governistas da CUT abandonaram as lutas dos trabalhadores para defender o governo do PT".



Verônica Cavalcanti Maciel, da Justiça Federal de Santos:

"A expectativa geral de todos nós e a renovação da diretoria, para que de fato a Fenajufe se direcione para nós servidores. Há um anseio de que tiremos a Fenajufe da CUT neste congresso, essa será uma das batalhas. A partir daí, tenho certeza de que os nossos rumos serão mais saudáveis".



Marcus Vergne, da Justiça Trabalhista de São Paulo:

"Nunca participei de um congresso como esse, mas tenho participado das greves e outros movimentos. Acredito que o vínculo da Fenajufe com a CUT tem mais atrapalhado do que ajudado. É preciso pensar no próximo passo, de que forma o sindicato pode trazer mais pessoas".

Debate sobre a Reforma da Previdência reforça necessidade de coletar assinaturas

Evento no Sintrajud debateu mudanças na previdência impostas por Collor, FHC e Lula

Por Caê Batista

“Temos até 30 de maio para coletar o máximo de assinaturas pela anulação da reforma da previdência”. A afirmação é de Paulo Barela, responsável da CSP-Conlutas pelo setor de funcionalismo, que está à frente da campanha para anular os efeitos da reforma aprovada em 2003. Ele foi um dos palestrantes do debate realizado no Sintrajud, na terça-feira (09), como parte da campanha.

A reforma da previdência de 2003, aprovada quando era operado o esquema do mensalão, retomou algumas medidas que não haviam sido aprovadas por FHC, em 1999. Foi a quarta reforma previdenciária, num ciclo iniciado por Fernando Collor de Melo, passando por FHC, quando aconteceram outras duas mudanças, Lula e agora Dilma Rousseff.

E justamente por ter sido apro-



João Flávio Pimenta

vada com a compra de apoio parlamentar, as mudanças implementadas por Lula estão sendo questionadas pelo funcionalismo público. “(A aprovação da reforma) foi com uma derrama violenta de dinheiro público, para comprar parlamentares”, explicou Barela.

Ele disse que, em 2003, o gover-

no antecipou a votação em um dia, para não ter que enfrentar uma marcha com 75 mil trabalhadores em Brasília. Mas, além disso, o governo do PT “abriu os cofres para pagar os deputados conservadores para aprovar uma reforma que interessava a eles, eles fariam de graça”.

A compra de apoio parlamentar

acabou comprovada no Supremo Tribunal Federal (STF), que condenou “vários dos chefes do esquema do mensalão, dentre eles o homem forte do governo, José Dirceu”, disse.

De acordo com Barela, a partir da decisão do STF surge a necessidade de fortalecer a campanha pela anulação da reforma da previdência. Uma campanha que deve acontecer nas bases das categorias, explicando as maldades presentes na reforma e o que foi o mensalão. Segundo disse, é fundamental a coleta milhões de assinaturas.

A campanha, segundo explicou, também objetiva exigir coerência do STF, para que o tribunal anule “os fatos jurídicos gerados a partir da compra de votos”. Para isso, entretanto, o funcionalismo terá que enfrentar a política da CUT, que se nega a aderir à campanha porque diz que o julgamento do mensalão foi um julgamento político. “Temos até do dia 31 para coletar as assinaturas, é um tempo razoável”, disse.

“O PT reduziu a Previdência Social”, afirma sociólogo do Ilaese

À nossa geração coube viver num tempo em que, no chamado primeiro mundo, toda a proteção social construída após a Segunda Guerra vem sendo desmantelada. Iniciado com Margareth Thatcher, na Inglaterra, nos anos 1980, o processo de retirada de direitos foi acelerado a partir da crise econômica de 2008.

O velho mundo transita a uma realidade mais próxima da vivida na América Latina. Mas o Brasil estaria trilhando um rumo inverso? “O discurso do governo é que o Brasil vive um cenário aparentemente inverso ao da Europa: extinção da miséria, redução da desigualdade social, recomposição do salário mínimo e expansão dos direitos sociais”, avaliou Daniel Romero, do Instituto Latino-Americano de estudos Sócio-Econômicos (Ilaese).

Daniel argumentou que a Previdência Social expressa a principal contradição do discurso oficial do governo, pois não há no sistema previdenciário nenhuma “comprovação de maior inclusão social”. Ao contrário, nos anos de governo do PT, os direitos previdenciários foram reduzidos com a manutenção da Desvinculação das Receitas da União (DRU), uma quinta reforma da previdência, com o Funpresp, e agora impedindo a desaposentação.

O palestrante avaliou que o PT



João Flávio Pimenta

16/04/13 - Palestra sobre a Reforma da Previdência

tem um projeto de previdência para parte da classe trabalhadora, “que orbita em torno do salário mínimo”. Para esse setor, que corresponde a 90% da população brasileira com renda per capita de até R\$ 1.019,00, ainda haveria uma previdência pública.

Já para os setores médios, “o governo tem o projeto de previdência privada”. “O que atingiria os setores mais organizados da classe trabalhadora, que têm tradição de luta, os servidores públicos, através do Funpresp, e um setor da iniciativa privada, que consegue ganhar um pouco mais do conjunto da classe”, explicou.

Sobre a previdência privada, Daniel explicou: “A administradora

do fundo fica com uma parte do nosso salário por 30 anos e se tudo der certo vai devolver por 5, 10 ou 15 anos. Mas é um investimento de altíssimo risco. Na crise de 2008, os fundos de pensão no mundo todo perderam 5,7 trilhões de dólares, isso representa três vezes o PIB do Brasil. Boa parte da classe trabalhadora, em 2008, perdeu todas as economias da sua vida”.

Para ele, a pretensão do governo com o Funpresp é criar um grande fundo de investimento suficiente para capitalizar empresas “para alimentar junto com o BNDES esse capitalismo parasitário tipo do Eike Batista e Daniel Dantas, que dependem do capital público para sobreviver”.

Servidores federais iniciam coleta de assinaturas pela revogação da Reforma da Previdência

Começou na quarta-feira (10) a coleta de assinaturas pela revogação da Reforma da Previdência. Organizada nacionalmente pelo Fórum das Entidades de Servidores Públicos, a coleta na capital paulista foi realizada por servidores do Judiciário e de órgãos do Executivo.

Junto à coleta de assinaturas, os trabalhadores realizaram uma manifestação pública denunciando que a Reforma da Previdência foi aprovada a partir da compra de votos, no mensalão.

Em São Paulo, três sindicatos participaram da atividade: Sintrajud, Sindsef-SP e Sinsprev. A coleta de assinaturas e a campanha pela revogação da Reforma da Previdência ainda conta com o apoio da CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular), entidade à qual o Sintrajud e Sindsef-SP são filiados.

A coleta de assinaturas continua. O sindicato orienta os servidores a se engajarem na campanha, imprimindo o abaixo-assinado e passando em seus locais de trabalho, de estudo e para familiares. É possível participar assinando o pedido eletrônico de revogação da Reforma da Previdência.

Para colaborar na coleta de assinaturas você deve

- 1) acessar o link: <http://migre.me/eff1u>
- 2) imprimir o abaixo assinado que está no final do texto
- 3) passar no seu local de trabalho, de estudo e entre os familiares
- 4) devolver a um diretor do Sintrajud, ou levar ao sindicato

Na capital paulista, parte do forro desaba no fórum das Execuções Fiscais

Sintrajud cobra da diretoria do foro explicações e soluções

Por Caê Batista

Os servidores do Fórum das Execuções Fiscais, na capital paulista, tomaram um susto na sexta-feira (19/04). Quando chegaram para trabalhar perceberam que parte do forro do teto do primeiro andar havia desabado. O acidente, felizmente, não feriu ninguém. Provavelmente ele deve ter acontecido durante a noite, segundo relatos de trabalhadores do prédio.

O Sintrajud desde já cobra da di-

Este é o segundo acidente que acontece no fórum em 10 dias



retoria do foro, na pessoa do juiz Paulo Cesar Conrado, explicações e soluções. Este é o segundo acidente que acontece no fórum em 10 dias. Em 19 de abril, houve a quebra de uma corrente do elevador. Na época, a diretoria do fórum amenizou o problema, afirmando que “foi dentro da normalidade”.

Segundo Angélica Olivieri, diretora do Sintrajud e trabalhadora do fórum das Execuções Fiscais, a parte do forro que caiu fica sob uma área que foi reformada há cerca de dois anos. Os relatos de trabalhadores do prédio dão conta que o gesso que caiu estava úmido.

Campanha por condições de segurança

O Sintrajud está iniciando uma campanha por condições de trabalho mais seguras. Inicialmente a campanha consiste na realização de um abaixo-assinado e na cobrança junto à administração do TRF-3 melhores condições de trabalho e segurança.

Não é só o fórum das execuções fiscais que apresenta problemas. O prédio que abriga os fóruns criminal e previdenciário, na região da Av. Paulista,

apresenta condições que podem causar graves fatalidades: portas e balcões dão descargas elétricas; as janelas não podem ser abertas, porque podem cair e os dutos de ar condicionado estão muito sujos, entre outros.

Já na sede do TRF-3, os servidores ficaram assustados com o princípio de incêndio ocorrido em março e com as constantes quedas de energia. A apreensão da categoria se justifica. Como

não há treinamento para o abandono do prédio, os servidores simplesmente não sabem o que fazer em situações dessas.

O abaixo-assinado está sendo passado nos locais de trabalho, mas o Sintrajud orienta a todos servidores que imprimam e assinem, para isso basta acessar o site e digitar no campo busca “abaixo assinado”. Essa é uma primeira medida da categoria por condições mais seguras de trabalho.

CJF altera norma e autoriza conversão de licença-prêmio em pecúnia

Servidor tem cinco anos para pleitear conversão do benefício

Por Caê Batista

Quando se aposentarem, os servidores da Justiça Federal poderão converter em pecúnia os períodos de licença-prêmio não gozados. A decisão unânime do colegiado Conselho da Justiça Federal (CJF), tomada em 25 de março, revisa a resolução 05/2008.

Segundo o site do CJF, pela norma que estava vigorando, “o servidor somente poderia converter os períodos de licença-prêmio em pecúnia caso comprovasse o indeferimento, pela administração, da fruição do benefício”.

A assessoria técnico-jurídica do conselho já havia se manifestado “a favor da alteração normativa, que já foi disciplinada no mesmo sentido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ)”, informou o site.

Pela decisão, o servidor terá até cinco anos após a data da aposentadoria para pleitear a conversão do benefício.

No TRE e no TRT-2

De acordo com informações do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, no órgão, o servidor só recebe a licença-prêmio em pecúnia em caso de aposentadoria por invalidez, ou em uma situação na qual tenha sido impedido de gozar do benefício. A regra é fruir antes da aposentadoria.

Já no TRT-2, a regra é semelhante à nova situação da Justiça Federal. É possível que o servidor receba a licença-prêmio em pecúnia, desde que não tenha usufruído, ou utilizado o tempo para abono permanência ou para a própria obtenção da aposentadoria.

Ministro Joaquim Barbosa nomeia assessor direto para presidir Fundo de Pensão do Judiciário

Além de assessor de imprensa do Supremo, Wellington Geral Silva é biógrafo do ministro

Enquanto o funcionalismo coloca a campanha pela anulação da reforma da previdência na rua, o ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), nomeia seu assessor de imprensa para presidir o Funpersp-Jud.

Além de assessor de imprensa do presidente do STF, Wellington Geral Silva é biógrafo do ministro. Ele não servidor do Judiciário, mas funcionário do Banco do Brasil, onde foi assessor da Previ, fundo de pensão do BB.

Como presidente do Fun-

presp, Wellington Silva terá direito a voto e, em caso de empates, caberá a ele o voto de qualidade. O conselho deliberativo definirá as políticas de administração do fundo.

Desde a proposta de criação do Funpresp, servidores vêm lutando contra a implementação deste fundo, que entrega, na prática, o futuro da aposentadoria dos servidores nas mãos do mercado financeiro.

A própria campanha pela anulação da reforma da previdência é uma campanha pela revogação deste fundo.

Na Justiça Federal, reajuste de plano de saúde causa indignação em servidores

Por e-mail, administração informa que reajuste será de até 10%, retroativo a fevereiro. Sintrajud busca abrir negociações

Por Caê Batista

Era final de expediente de sexta-feira (19) quando os servidores da Justiça Federal receberam, por e-mail, a má notícia de que o plano de saúde Unimed será reajustado. De acordo com o Núcleo de Saúde, ligado à secretaria de gestão de pessoas, o reajuste será de 6% para magistrados e servidores e de 10% para agregados. A notícia é ainda pior: o reajuste será retroativo a fevereiro.

Segundo o e-mail, a proposta inicial da Federação das Unimed do Estado de São Paulo era reajustar o plano de saúde em 7,82% para servidores e magistrados e 30,04% para os agregados. Depois de negociações com a operadora de planos de saúde, a administração diz ter obtido “o êxito” de reduzir o valor a ser reajustado.

No judiciário há meta para tudo, menos para a prevenção de doenças



29/07/2011 - No TRF-3/JF, mobilização contra o reajuste e coparticipação

“A indisposição (da categoria com o reajuste) é geral”, diz Adilson Rodrigues, da JF de Santos e diretor do Sintrajud. Motivos não faltam, o reajuste salarial conquistado no ano passado com muita mobilização não cobre a inflação desde 2006, quando fora aprovado o PCS-3, entretanto, os gastos dos servidores sofrem reajustes anuais.

No que toca os gastos com a saúde, há ainda outros aspectos que pesam no bolso: o Pró-Social vêm deixando de oferecer vários serviços que antes eram gratuitos a servidores e dependentes, e houve uma piora no plano de saúde. “É uma redução salarial indireta”, sintetiza Adilson.

O Sintrajud busca conversar com a administração para tratar

do tema, que merece uma análise ainda mais ampla do que apenas os reflexos financeiros. As condições de trabalho dentro do Judiciário vêm piorando ao longo dos anos, ao passo que aumentam as metas de produtividade. Em outras palavras, o Poder Judiciário, via Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estabelece “metas para tudo, mas não para a prevenção (de doenças). Queremos debater a retaguarda do trabalhador quando ele fica doente”, argumenta Adilson.

Há ainda outro problema, que é o fim do contrato com as operadoras de planos médicos, tanto na primeira instância quanto no TRF-3. Já foi realizada uma licitação, mas que não teve vencedor, porque as empresas não conseguiram cumprir todas as exigências dos editais. De acordo com o TRF-3, os editais para uma segunda licitação estão em fase final de elaboração para serem publicados.

NotreDame vence licitação do plano de saúde do Tribunal Regional do Trabalho

Sintrajud acompanha processo e aponta que salários e benefícios defasados da categoria não comportam aumento desproporcional do plano

Na última quinta-feira (11), em pregão realizado na sede do TRT-2, a seguradora NotreDame venceu a concorrência para operar o plano de saúde dos trabalhadores do Tribunal.

Apresentaram propostas as operadoras NotreDame e Amil, nos valores globais aproximados de, respectivamente, 7,5 milhões e 7,7 milhões. Após a abertura do pregão, depois de algumas propostas, chegou-se ao valor de R\$ 6,950 milhões, apresentado pela NotreDame, após representantes da Amil haverem declarado que não havia mais espaço para redução do valor de sua última proposta.

O Sintrajud manifesta sua preocupação com a possibilidade de elevação significativa dos custos para os servidores, já que, segundo informações, o custo global atual estaria abaixo de 5 milhões.

Desde o início, o sindicato tem acompanhado o processo, inclusive solicitando à administração



O Sintrajud manifesta sua preocupação com a possibilidade de elevação significativa dos custos para os servidores

do tribunal participação na comissão constituída para elaborar estudos e preparar o processo

de licitação e o respectivo edital, com o objetivo de discutir os parâmetros e as condições. O pedi-

do foi negado pela presidência e pela comissão, sob a justificativa, a nosso ver descabida, de que “não é possível a participação de entidade sindical na preparação do procedimento licitatório, nem sequer divulgação de seu conteúdo, sob pena de macular as disposições da Lei de Licitações”.

O resultado do pregão ainda depende de homologação, como condição para o contrato, e a operadora deverá apresentar nos próximos dias a nova tabela de acordo com o valor do lance vencedor.

O sindicato buscará a tabela com os valores e continuará acompanhando o processo, de modo a resguardar os direitos da categoria. Além disso, a entidade estuda o edital e divulgará resumo de seu conteúdo, com informações a respeito da cobertura e das condições.

Aguarde, em breve, novas informações. Acompanhe.

28 de Abril – Dia mundial em memória às vítimas de adoecimento e acidente no trabalho

Sintrajud oferece serviço psicológico para acolhimento de vítimas de assédio moral

O Dia 28 de Abril é reconhecido como o Dia mundial em memória das vítimas de doenças e acidente do trabalho. A data é referência a uma explosão ocorrida em uma Mina nos Estados Unidos, no ano de 1969, que matou 78 trabalhadores. Em 1995, confederações e sindicatos canadenses e internacionais, preocupados com a saúde e segurança no trabalho instituíram a data como um dia de reflexões e ações sobre o tema, sendo posteriormente adotada oficialmente por países e organizações internacionais como a Organização Mundial de Saúde e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Segundo a OIT, no mundo, 270 milhões de trabalhadores são vítimas de acidentes por ano, mais 160 milhões sofrem com doenças pro-

fissionais; por dia, morrem cinco mil em acidentes de trabalho, sendo três vidas por minuto. Já no Brasil, os acidentes de trabalho matam quatro mil trabalhadores por ano. Estimativas indicam que o Brasil gaste um montante de cerca de 4% do PIB com os custos gerados em acidentes e adoecimentos do trabalho.

No judiciário

No judiciário este é um tema de grande importância, havendo diversos casos de adoecimento relacionado ao trabalho, sendo que os mais comuns são os ligados ao sistema Músculo-esquelético, como as LER/DORT, e os transtornos mentais e comportamentais, como os episódios depressivos, transtornos ansiosos, transtorno afetivo bipolar, entre outros.

Para uma ação preventiva é preciso ter a clareza que essas doenças são problemas coletivos e intimamente relacionados com o processo de trabalho. Neste sentido, a luta por saúde deve ser de toda a categoria.

É com este olhar que o Sintrajud está reforçando sua atuação no âmbito da saúde, iniciando um serviço de psicologia que atuará na relação entre saúde e trabalho, realizando, entre outras atividades, um plantão de atendimento aos trabalhadores que possuam sofrimentos e transtornos mentais relacionados ao trabalho, principalmente nos casos das vítimas de assédio moral. Sua atuação contará também com ações voltadas para prevenção e para promoção de saúde na categoria, ciente de que para isso é fundamental colocar em debate o processo de trabalho.



Mais informações pelo telefone 11 3222-5833, falar com Daniel Luca.

Documento revela que Abin monitora movimentações sindicais nos portos

Ordem partiu de Gabinete de Segurança Institucional da Presidência

Por Caê Batista

Na greve do funcionalismo público, em 2012, reportagem da revista Isto É denunciou que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) monitorou sindicalistas.

Em 04 de abril deste ano, o jornal o Estado de S. Paulo publicou reportagem informando que a Abin monitorou a atuação sindical no porto de Suape, em Pernambuco. Os trabalhadores dos portos do país se mobilizavam para barrar a Medida Provisória 595, MP dos Portos.

A reportagem diz que o monitoramento começou em março, coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI), ligado à Presidência da República, e realizada pela Abin.

Ministro-chefe do GSI, general José Elito disse que a reportagem mentia, afirmando que o governo não monitorava movimentações sindicais. Mas quatro dias depois da primeira reportagem, o jornal divulgou o documento sigiloso "Ordem de Missão 022/82105".

De 13 de março, o ofício encaminhado a superintendências da Abin em 15 estados litorâneos traz como



22/02/13 - Paralisações dos portuários

alvo a "Mobilização de Portuários". O documento informa que a "missão" da Abin é identificar ações grevistas como reação à MP.

A estrutura montada para espionar trabalhadores foi semelhante à utilizada no Rio+20. Segundo a reportagem, a operação contou equipamentos Israelenses que transmitiram em tempo real, em alta resolução, imagens dos portuários. Desde Brasília, a vigilância funcionou 24 horas por dia.

Em nota, o GSI informou que não se manifestaria por se tratar de atividade de inteligência de Estado. O ga-

binete disse que "acompanha, diuturnamente, em torno de 700 cenários institucionais, inclusas as estruturas estratégicas do País, para prestar assessoria, no momento oportuno, às autoridades governamentais sobre assuntos de interesse nacional".

Em 11/04, o vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB), tentou minimizar a situação: "O governo precisa saber o que acontece no País. Não vejo como uma coisa anormal. São informações importantes. Não é monitoramento, como se fosse uma espionagem. É uma questão de segurança".

Comissão Nacional da Verdade vai investigar repressão a trabalhadores e movimento sindical

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), órgão criado para investigar as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura no Brasil, criou um Grupo de Trabalho (GT) que será responsável por investigar a repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical.

A medida foi anunciada na segunda-feira, 15 de abril, no gabinete da Presidência da República, em São Paulo. Participaram do encontro a advogada Rosa Cardoso, que vai coordenar o GT, e representantes de oito centrais sindicais, entre elas, a CSP-Conlutas.

O novo grupo temático da CNV vai apurar denúncias de abusos contra trabalhadores e contará com a participação de representantes das centrais.



Jornal do Judiciário



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, Filipe Joel Gomes Lira (licenciado), José Carlos Sanches, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica Silva, Maurício Rezzani, Tarcisio Ferreira

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: sintrajud@sintrajud.org.br

Subsede Baixada Santista: Rua Proost de Souza, 35 - Santos / SP - CEP 11040-090 - Tel.: (13) 3238-3807 - Email: sintrajud Santos@uol.com.br

Subsede Barra Funda: Rua Joaquim Manoel de Macedo, 297 - s/ 92 - São Paulo / SP - CEP 01136-010 - Tel.: (11) 3392-3728 / 9163-6903 - Email: subbarrafunda@sintrajud.org.br

Jornalistas: Carlos Eduardo Batista | **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho | **Diagramação:** Roberto Gouveia | **Tiragem:** 13.000 exemplares

